



**A DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**REQUERIMENTO Nº /2025**  
**(Do Sr. Fred Costa)**

Requer a realização do XVI Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, a realização do XVI Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública, sobre as Guardas Municipais como Polícias Municipais e Segurança Pública Municipal para debater os projetos relacionados à categoria.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados os seguintes representantes:

- Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva
- Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski
- Ministra Gleise Hoffman - Madrinha das Guardas Municipais
- Deputado Hugo Motta – Pres. da Câmara dos Deputados Federais
- Secretário da Senasp Mário Sarubbo
- Senador Jaime Campos
- Senador Confúcio Aires Moura - Padrinho das Guardas Municipais
- Prefeitos e Vereadores de todo país
- Comandante Maurício Domingues da Silva (Naval) - Pres. da ONG SOS Segurança Dá Vida
- Deputado Lincoln Portella - Pres. da Frente Parlamentar Pró Guardas Municipais
- Presidente do Senado Davi Alcolumbre
- Prefeito de São Paulo Ricardo Nunes
- Comandante Carlos Alexandre Braga – Pres. do CNGM – Conselho Nacional das Guardas Municipais
- Demais Deputados desta Casa Legislativa
- Outros que possam contribuir para o alto nível da discussão acadêmica e política deste evento.





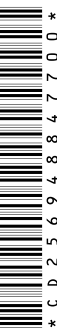
## **JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão de Legislação Participativa tem promovido, ao longo dos últimos quinze anos, o Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública. O evento já reuniu milhares de integrantes da categoria, representantes da sociedade civil e entidades diversas de todos os estados brasileiros, com o objetivo de discutir os avanços e os desafios para o aprimoramento das Guardas Municipais na missão de proteger e defender a população brasileira.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral (Tema 656), reconheceu a legitimidade das Guardas Municipais para atuarem em ações de segurança urbana, incluindo o policiamento ostensivo e comunitário. A decisão contempla, inclusive, a possibilidade de realização de prisões em flagrante, desde que haja legislação municipal específica. A atuação dessas corporações deve ocorrer em cooperação com as Polícias Civil e Militar, sob a fiscalização do Ministério Público.

Nesse contexto, a realização do presente seminário, precedido pela XIX Marcha Azul Marinho nesta capital, representa uma oportunidade singular para destacar os marcos históricos da categoria, como a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a aprovação da Lei nº 13.022/2014. Esta legislação, fruto dos esforços desta Comissão em edições anteriores do evento, regulamentou o § 8º do art. 144 da Carta Magna, que trata da criação, pelos Municípios, das Guardas Municipais, consolidando sua autonomia no âmbito da federação.

Atualmente, há demandas urgentes que precisam ser debatidas, e não há espaço mais apropriado para tal discussão do que a Câmara dos Deputados. Entre os temas prioritários estão: o reconhecimento das Guardas Municipais como órgãos integrantes do sistema de segurança pública; sua atuação em frentes como a proteção de crianças, mulheres (exemplo da Patrulha Maria da Penha), ações de defesa civil, preservação ambiental, mediação de conflitos, atividades sociais e segurança nas escolas — estas últimas especialmente relevantes diante de tragédias como as ocorridas em Realengo, Suzano e Blumenau. Além disso, é essencial tratar da formação, capacitação, investimentos e das garantias necessárias aos seus integrantes.





## A DOS DEPUTADOS

Entendemos, portanto, ser o momento oportuno para somar esforços e criar as condições políticas adequadas à discussão qualificada sobre o papel das Guardas Municipais e os valiosos serviços que já prestam às comunidades em todo o território nacional. A conjuntura atual é propícia à realização deste debate, que reputamos de extrema relevância para o País. Por essa razão, solicitamos o apoio e a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado **FRED COSTA**  
PRD/MG

